



Milícias, infraestrutura urbana e acesso à moradia em tempos de pandemia

Daniela Petti

Introdução

Desde que começou no Brasil a pandemia de Covid-19, em março de 2020, os veículos da imprensa repercutem como grupos criminais armados procedem em relação às medidas de isolamento social nos territórios onde atuam. Inicialmente, os famosos “toques de recolher” eram atribuídos pela mídia como prática, tanto de facções do tráfico de drogas, como das milícias, principais grupos armados que disputam o controle territorial de favelas e periferias no Rio de Janeiro. Segundo relatos de moradores de diferentes regiões urbanas, a partir das 20 horas estava proibido circular pelas ruas das comunidades. Mensagens eram transmitidas por carros de som nas ruas e disparadas por traficantes e milicianos nas redes sociais a fim de alertar os moradores a respeito das restrições de circulação. Pouco tempo depois, se multiplicaram na imprensa notícias de que milicianos estariam obrigando moradores donos de comércios locais a abrirem seus estabelecimentos, apesar das medidas de isolamento social, para que esses pudessem pagar as conhecidas “taxas de segurança” cobradas pelas milícias nas regiões sob seu domínio. Como apontam [Thais Duarte e Ludmila Ribeiro](#), as representações da mídia a respeito dos grupos armados demonstram que, seja como “heróis” que fazem cumprir o isolamento social, seja como “algozes” que obrigam o retorno das atividades econômicas, as milícias encontram na pandemia uma oportunidade para expandirem sua capacidade de mando.

Não apenas nas representações da mídia as milícias passaram a ser atreladas ao desrespeito às regras de isolamento social, menos importantes do que a manutenção de sua lucratividade. Narrativas de moradores e organizações locais em diferentes comunidades também denunciaram a atuação das milícias durante a pandemia. De acordo com o boletim da Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial (IDMJR), organização que atua no enfrentamento à violência do Estado na Baixada Fluminense (região metropolitana do Rio), “em alguns municípios da Baixada Fluminense-RJ, como Nova Iguaçu, Mesquita e Nilópolis, podemos até ter a sensação de que o isolamento social está sendo efetivado pois nas áreas centrais os comércios estão fechados, mas basta adentrarmos as áreas periféricas que veremos que as milícias impuseram abertura de todo o comércio e prestação de serviços” (IDMJR,



2020, p.2). Segundo a entidade, o avanço da Covid-19 nos municípios da Baixada Fluminense tem relação direta com as imposições das milícias. As relações entre domínio territorial de grupos armados e avanço da Covid-19 também foram objeto de pesquisas científicas no Rio de Janeiro. De acordo com [Raphael Bruce, Alexsandros Cavgias e Luis Meloni](#), autores de uma pesquisa sobre como a presença de grupos armados afeta a intensidade da epidemia de Covid-19 no Rio de Janeiro, a velocidade de crescimento de hospitalizações e mortes causadas por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARG) a partir de fevereiro de 2020 foi radicalmente diferente em territórios controlados pelo tráfico de drogas, em comparação com localidades dominadas pelas milícias. De acordo com os resultados dessa pesquisa, o número de hospitalizações por SARG durante os primeiros meses de epidemia em áreas controladas pelo tráfico cresceu 46% menos quando comparado aos “bairros onde há presença estatal”, enquanto que nas áreas dominadas por milícias, as hospitalizações cresceram 34% a mais em relação ao que os autores chamam de “cidade oficial”. Em relação ao número de mortes, a pesquisa aponta que nas áreas de tráfico, os números subiram 43% menos, e nas de milícias, 29% a mais, novamente quando comparadas aos territórios da “cidade formal”. Apesar da simplista dicotomia entre formal e informal, Estado e grupos armados, com a qual trabalham os autores, a pesquisa revela um dado importante: nos locais onde predominam grupos armados cujos ganhos são mais dependentes da atividade econômica local e da renda dos moradores, o avanço da Covid-19 é mais expressivo.

Nesse artigo, pretendo discutir como as milícias têm atuado nas periferias urbanas em tempos de pandemia a partir da análise de práticas que já caracterizavam suas formas de atuação anteriormente à crise sanitária, mas que ganham novos contornos nesse contexto. Além da adesão ou não às medidas de isolamento social e dos números de hospitalizações e mortes, outras questões, como o acesso à moradia e à infraestrutura urbana, são fundamentais para compreender como as formas de regulação das milícias afetam as populações de periferias durante a pandemia. Ao regular o acesso à moradia e à infraestrutura urbana, as milícias determinam as condições de vida de muitas famílias pobres, bem como o risco ao qual essas são submetidas. Argumento que, em tempos de pandemia, as formas de regulação das milícias contribuem para precarizar ainda mais a vida das pessoas que moram em favelas e periferias urbanas. Para isso, irei discorrer brevemente sobre duas localidades dominadas por grupos milicianos: um conjunto habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e uma favela, ambas localizadas na Zona Oeste do Rio de Janeiro (região urbana



com a maior concentração de milicianos). O texto está dividido em três seções. Na primeira, apresentarei características gerais sobre a milícia e sobre o contexto atual de expansão de suas formas de regulação. Na segunda, tratarei da apropriação da infraestrutura de habitação de interesse social realizada pela milícia em um conjunto habitacional do PMCMV. Por fim, pretendo discorrer sobre como a milícia regula os mercados imobiliários e o acesso à moradia em uma favela carioca. Esses dados são fruto de pesquisas etnográficas que venho realizando há 6 anos na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro.

Dos grupos de extermínio à milicianização da segurança pública

De acordo com [Benmergui e Gonçalves](#), a gênese das milícias pode ser identificada na expansão dos grupos de extermínio, surgidos nos anos 1950, para a Baixada Fluminense (região fortemente marcada pela violência, o racismo e desigualdade social). A prestação de serviços de segurança fora do período formal de trabalho feita por policiais militares e outros agentes públicos é parte de um movimento de expansão da segurança privada em território urbano. As milícias nascem da articulação entre o mercado de segurança privada ilegal e a privatização dos espaços públicos (Benmergui e Gonçalves, 2019, p.383). As pesquisas pioneiras de Alves, Cano e Duarte, Cano e Ioot, Zaluar e Conceição, sobre o tema já demonstraram que esses grupos se constituíram como principais agentes dos mercados de segurança para os pobres em favelas e periferias. No modelo de controle social truculento operado pelas milícias ([Cano e Duarte, 2012, p.130](#)), a segurança é a principal mercadoria e a imposição do medo e a coação, meios pelos quais se garante a demanda por proteção. Como afirmam os autores: “O domínio coativo sobre as populações continua como uma forma de extrair lucros, impondo taxas de ‘proteção’ e monopólios coercitivos relativos a diversos bens e serviços”.

[Alves caracteriza as milícias como um “novo empreendimento do crime”](#). Essa forma de atuação emerge em um contexto de mudança na economia política do crime, que reconfigura as relações entre crime organizado, aparato institucional e política (Alves, 2008, p.36). A expansão das milícias ocorre em paralelo ao processo de reconfiguração militarizada do crime nas favelas, em um contexto em que mudanças políticas e econômicas nas periferias surgem da articulação entre intervenções de infraestrutura urbana e transformações no controle armado. As milícias construíram, historicamente, sua legitimidade em relação à



ameaça do tráfico de drogas. Nos primeiros estudos sobre a atuação desses grupos, muito se refletiu sobre as relações entre os paramilitares e os mercados informais de segurança. [Mais recentemente, as reflexões têm caminhado na direção de compreender as relações desses grupos com as políticas urbanas e com o acesso à infraestrutura \(Araújo Silva, 2017a\)](#). Se nas primeiras investigações sobre a questão, pesquisadores chegaram a afirmar que as milícias não apresentavam um grau perceptível de organização (Cano e Duarte, 2012, p.130), na atualidade as disputas com facções do tráfico de drogas por controle territorial, a capilaridade em instituições públicas, bem como as relações com empreendedores e prestadores de serviços privados, demonstram uma mudança qualitativa no nível de organização desses grupos no Rio de Janeiro.

O relatório [A Expansão das Milícias no Rio de Janeiro: Uso da força estatal, mercado imobiliário e grupos armados](#), organizado pelo Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos (GENI/UFF) e pelo Observatório das Metrôpoles (IPPUR/UFRJ), publicado pela Fundação Heinrich Böll, demonstrou como as milícias vêm se expandindo por meio de modos de regulação e investimento nos mercados imobiliários de favelas e periferias. Grilagem de terra, construções irregulares, taxas sobre operações imobiliárias de moradores (como locação e venda de casas) e administração condominial são algumas das modalidades de atuação desses grupos nos mercados imobiliários locais. Algumas delas serão discutidas nas próximas seções. Para finalizar esse panorama geral sobre as milícias, gostaria de ressaltar mais uma contribuição do relatório acima citado. A pesquisa analisou os números de “operações policiais”, principal instrumento de ação pública de repressão a grupos criminosos armados com atuação territorializada (Grilo; Hirata, 2019) em diferentes áreas do Rio de Janeiro. Segundo os pesquisadores:

as forças policiais e/ou militares realizam mais operações armadas em territórios sob o domínio de comandos do tráfico de drogas – com particular ênfase para o Comando Vermelho – do que em territórios sob o domínio de milícias. Temos, portanto, que as milícias figuram como grupos com vantagem política e o Comando Vermelho, em particular, desponta como o principal grupo em desvantagem política (GENI e Observatório das Metrôpoles, 2021, p.11).

O reduzido número ou ausência de “operações policiais” em áreas de milícia favorece a consolidação desses grupos. Para que se compreenda a expansão das milícias é necessário observar também as próprias ações do Estado, já que grupos armados e forças estatais não atuam, necessariamente, de forma “paralela”, como consta no imaginário social. O



favorecimento das milícias pelos agentes de Estado e sua capilarização cada vez maior nas instituições políticas são fatores que apontam para um processo de milicianização da segurança pública, ou seja, as milícias são engrenagens constitutivas da estratégia de segurança pública do Estado.

Milícias e a apropriação da infraestrutura urbana

No conjunto habitacional do PMCMV onde realizo pesquisas etnográficas há 2 anos, além de cobrar taxas de segurança dos comerciantes locais, a milícia também regula bens e serviços, como internet e TV a cabo. Além de participar da administração condominial por meio de alianças com síndicos e cobrar taxas sobre operações imobiliárias, como venda e locação de unidades habitacionais, os milicianos também controlam a piscina do condomínio, cobrando taxas de uso das famílias. [Como afirma Marcella Araújo, as políticas urbanas podem contribuir de modo não previsto para a espacialização de grupos armados.](#) No caso do PMCMV, a apropriação pela milícia da infraestrutura de habitação de interesse social (unidades habitacionais, condomínios e serviços urbanos) expande a atuação e o lucro de grupos armados. Uma das principais reclamações que escuto dos moradores desse conjunto habitacional diz respeito à impossibilidade de pagar as inúmeras taxas às quais são submetidos, “é muita taxa pra pagar”. Em contexto de pandemia, marcado pelo desemprego, pela fome e por um forte processo de empobrecimento, o peso dessas taxas torna-se ainda maior. Gostaria agora de me deter na descrição de uma ação recente da milícia no local: o corte do gás encanado. Tomei como base relatos de moradores para reconstituir a situação por meio da descrição que se segue.

Em janeiro deste ano (2021), o “gás de rua” foi cortado em um dos lotes do conjunto habitacional, onde moram 240 famílias, removidas de favelas e reassentadas em unidades habitacionais. A síndica e a *Naturgy*, empresa que fornece gás natural na cidade, informaram aos moradores que a interrupção do serviço se deveu a um vazamento e à danificação da infraestrutura por falta de manutenção, o que poderia provocar uma explosão. Os moradores ficaram muito nervosos e indignados com a falta de gás, já que estavam “pagando direitinho”. A apreensão aumentou quando a síndica informou que, de acordo com a empresa, o conserto custaria R\$700.000,00, e que para ser efetuado esse valor seria dividido entre todas as famílias. Obviamente, as famílias não tiveram condições de pagar o valor proposto, além de



entenderem que seria uma “grande injustiça” arcarem com esse custo, já que estavam com suas contas em dia.

Os moradores propuseram, então, chamar a imprensa para denunciar o que estava acontecendo no condomínio. “O problema é que a síndica não liberou”, disse um morador. Segundo uma moradora, “a síndica apoia [o prefeito] Eduardo Paes¹, por isso não quis chamar a mídia pra não falar mal do governo dele”. Alguns dias após a interrupção do fornecimento de gás, moradores flagraram “uns caras retirando os medidores de gás dos prédios”, contou um morador. Fotos e filmagens foram feitas e “os caras fugiram”. Muitos moradores telefonaram para *Naturgy* cobrando uma resolução. Ao se desresponsabilizar pela falta de gás, a empresa respondeu: “vocês têm que falar com a síndica, se orientar com ela”. Alguns moradores entraram na justiça de forma individual e solicitaram à síndica o laudo da empresa atestando a razão do corte no fornecimento de gás. Moradores contam que esse laudo nunca foi liberado pela síndica.

Sem outra saída, os moradores começaram a instalar em seus fogões o “gás comum” e passaram a comprar botijões de gás, não por acaso, vendidos pela milícia local. “O homem do gás voltou”, contou uma moradora. O botijão de gás da milícia local custa R\$90,00, um preço alto comparado aos valores do gás no comércio de um bairro próximo dali. “Lá [no bairro próximo], a gente acha até por R\$60,00, mas tem gente que traz de lá só de noite escondido no carro pra eles [milicianos] não verem”, disse um morador. Há 5 meses, 240 famílias não têm acesso ao gás de rua em plena pandemia. Até hoje, os moradores têm esperança de que “o problema do gás” vai se resolver. Enquanto isso, as outras 720 famílias que habitam o mesmo condomínio temem pela chegada do dia em que o gás será cortado nos demais lotes.

O reassentamento de moradores de favelas em conjuntos habitacionais do PMCMV vem acompanhado de um processo de formalização de serviços básicos, como água, luz e gás, que antes não eram pagos nas comunidades. Por um lado, a formalização da infraestrutura urbana aumenta, drasticamente, os custos de vida das famílias, uma reclamação a respeito do programa que costumo escutar durante minhas pesquisas de campo. Por outro lado, a regulamentação desses serviços poderia, à primeira vista, dificultar a apropriação da infraestrutura urbana por grupos armados com vistas à geração de lucro. Apesar disso,

¹ Foi na gestão passada de Eduardo Paes, atual prefeito da cidade do Rio de Janeiro, que o conjunto habitacional em questão foi construído. É publicamente conhecida sua forte relação com grupos milicianos da Zona Oeste que cumprem o papel de promover sua viabilidade eleitoral.



pesquisas têm demonstrado que a formalização de serviços não impede, necessariamente, a apropriação dos mesmos pela milícia. No conjunto habitacional estudado, acordos com a *Light* (empresa que fornece energia elétrica na cidade) permitem que os milicianos regulem a iluminação dos comércios locais por meio dos famosos “gatos”, a aliança com os síndicos oferece a eles algum controle sobre a manutenção das bombas d’água e, como foi visto, sobre o fornecimento de gás. As atividades milicianas variam em termos de maior ou menor grau de formalização. A associação com pequenos empreendedores locais, o uso de documentos - como no caso da venda e locação de unidades habitacionais em mercados informais - e a aliança com os síndicos na administração condominial, muitas vezes conferem uma face mais formal aos seus negócios. [Além disso, a relação com agentes e instituições estatais facilita a expansão de suas formas de regulação](#). O fato é que a presença de agentes, instituições ou infraestruturas entendidas como “formais”, ao contrário do que se pode pensar, abre novos canais para a expansão das milícias.

Em plena pandemia, o corte do gás e o retorno da venda de botijões operados pela milícia serviram para precarizar ainda mais a vida de famílias pobres. Em um contexto em que a orientação geral é se manter dentro de casa, a precarização do acesso à infraestrutura urbana afeta diretamente a vida cotidiana, dificultando as possibilidades de cumprimento do isolamento social. Se, no conjunto habitacional, os serviços básicos são explorados pela milícia, na favela tampouco o acesso à moradia é garantido.

Milícias e a regulação do acesso à moradia

Em uma favela da Zona Oeste, onde fiz pesquisas etnográficas entre os anos de 2014 e 2016, e retornei para realizar entrevistas no ano de 2020, a milícia local está vinculada à associação de moradores desde o início da ocupação do território nos anos 1980. De acordo com as [pesquisas de Marcella Araújo Silva](#), em 1980 o “padrinho”, primeiro miliciano do local, deu início a mutirões de construção de casas e infraestrutura, a pedidos de um parlamentar com base eleitoral na região, quando o local onde hoje se encontra a comunidade em questão acabara de ser “invadido” por famílias que construíram barracas de lona naquelas terras. Com financiamento da então Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), o “padrinho” organizou o processo dos mutirões e atraiu novos moradores para ocuparem as terras vazias e engajarem-se nas obras. Além de parcelar a terra, o “padrinho”,



junto a alguns moradores, também participou de negociações para a emissão dos títulos de posse da terra relativos ao programa “Meu pé de chão”, operacionalizado pela SMDS (ARAÚJO SILVA, 2017, p.142). Nesse mesmo período, concedeu sua “benção política” - nos termos de Araújo Silva - a três moradores da recém ocupação para que fosse fundada a associação de moradores e com isso formalizada a comunidade. Esse acordo entre moradores e “padrinho” subordina politicamente a associação ao último, além de garantir sua legitimidade aos olhos de interlocutores externos. Até 2016, o “padrinho” tinha 20 associações de moradores da região sob seu comando político. Apesar de ter se candidatado para concorrer a eleições mais de uma vez, ele nunca ocupou cargos legislativos, dependendo sempre de políticos cuja base eleitoral abarcava sua região de atuação.

Cabe ressaltar que Araújo Silva informa que durante a entrevista realizada com o “padrinho” muitos mapas, minutas e documentos foram apresentados por ele, demonstrando que “a legalidade aparente é particularmente valorizada pelo padrinho e pela associação de moradores subordinada a ele”. Segundo ele, todos os seus funcionários são devidamente empregados e recebem salários acima da faixa salarial mínima. Junto à associação, o “padrinho”, que era policial no passado, também cobrava as famosas taxas de segurança dos estabelecimentos comerciais e se autodefinia como “garantidor da ordem pública” em suas comunidades. Desde 2017, correm rumores no bairro de que o “padrinho” teria vendido suas comunidades a outros milicianos.

Como mencionado na seção anterior, a milícia tem se expandido cada vez mais no Rio de Janeiro via controle de mercados imobiliários em favelas. Na comunidade estudada, a grilagem e o loteamento de terrenos, a taxa sobre operações imobiliárias e a construção de quitinetes para venda e locação são algumas das atividades imobiliárias da milícia. De acordo com denúncias sobre as milícias, referentes à comunidade em questão, recebidas em 2019 pelo Disque Denúncia, essas práticas são citadas por meio de categorias como, “terreno invadido por milicianos”, “loteando sem autorização”, “vendendo lotes” e “construindo casas”. Terrenos e imóveis em favelas tornam-se muito lucrativos para as milícias. Apresentarei abaixo, algumas informações que obtive junto a um morador da favela em questão, a quem darei um nome fictício para preservar o anonimato de meu interlocutor de pesquisa.

Vicente, que mora há 30 anos na favela, me contou que “ocupar casas é um projeto deles aqui”. Esse “projeto” produz receio em muitos, já que “é um risco você deixar uma casa



vazia aqui na comunidade”. Vicente terminou, recentemente, de construir uma casa em um local próximo à favela, porém considerado como fora das fronteiras da comunidade. Ao se mudar, no ano de 2020, deixou sua casa vazia apenas durante o curto período de tempo em que buscava um locatário. Nesse período, rumores lhe provocaram medo de perder a casa. Na mesma rua onde morava, um vizinho havia desaparecido e sua esposa tinha sido expulsa de sua casa pela milícia. Segundo os rumores que circulavam, uma dívida com a milícia teria sido a justificativa para a expulsão, já que nesses casos “o débito fica por conta da casa”, afirma Vicente. Já o desaparecimento figurou nos boatos como uma viagem que o vizinho tivera que realizar. Por sussurros, os moradores contam que todos sabem que não se tratou de uma viagem. Novos rumores sobre o interesse da milícia em casas de sua rua fizeram com que Vicente se apressasse em encontrar um inquilino e, claro, pagar em dia a taxa relativa aos 10% do valor do aluguel cobrada pela associação de moradores. Todo mês Vicente vai até a associação para pagar as devidas taxas, “a taxa da associação e a do aluguel”, recebendo em troca recibos. Segundo ele, “sempre existiu a taxa da associação, a diferença é que agora eles expulsam quem não paga”. Essa prática também pode ser encontrada nos dados do Disque Denúncia, relativos ao território da comunidade onde mora Vicente, sendo descrita pela categoria “tomando residências”.

A crise da habitação, estrutural do capitalismo, foi agravada em tempos de pandemia. Apesar da crise sanitária, governos seguiram realizando despejos e remoções em favelas e periferias urbanas. Além disso, cresce o número de pessoas em situação de rua. A expulsão de moradores de suas casas, bem como o aumento dos custos relativos à moradia, promovidos pelas milícias, constituem violações de direitos, contribuindo ainda mais para a crise vigente. Ao regularem o acesso à moradia, as milícias reinventam suas formas de coação, expandem seus modos de dominação e aumentam o lucro obtido com suas atividades. Ao tomarem como base da geração de lucro a exploração dos moradores, intensificam o processo de produção da precariedade nas periferias em tempos de pandemia.

Considerações finais

As milícias constituem um fenômeno extremamente multifacetado, que sofre variadas alterações ao longo do tempo. Transformam e reinventam suas práticas e suas formas de inserção nos territórios, em interação constante com políticas urbanas, instituições e agentes



estatais. O contexto de milicianização da segurança pública, marcado pelo favorecimento político das milícias pelas estratégias de atuação do Estado, aponta a importância de pesquisas mais amplas sobre a atuação desses grupos.

Argumentei neste texto que, para além dos índices de mortes e hospitalizações causadas pela Covid-19, é importante levar em conta outros indicadores sociais para que se compreenda como a presença de grupos armados afeta a vida cotidiana dos moradores de periferias em tempos de pandemia. A regulação da infraestrutura urbana e do acesso à moradia envolve práticas centrais no processo de expansão das milícias no Rio de Janeiro. Em tempos de pandemia, em que a fome, o vírus e a violência de Estado afetam diretamente as favelas, as milícias constituem peça fundamental do processo de produção da precariedade que marca a vida cotidiana nas periferias urbanas.

PARA SABER MAIS:

ALVES, José Cláudio Souza. Milícias: mudanças na economia política do crime no Rio de Janeiro. Em: **Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008.

ARAÚJO SILVA, Marcella. Houses, tranquility and progress in an área de milícia. **Vibrant**, Vol 14, número3, 2017a.

_____. **Obras, casas e contas: uma etnografia de problemas domésticos de trabalhadores urbanos no Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Sociais e Políticos- UERJ. 2017b.

BENMERGUI, Leandro; GONÇALVES, Rafael. Urbanismo Miliciano in Rio de Janeiro. **NACLA Report on the Americas**. Vol 51, número 4, 2019, p. 379-385.

BRUCE, Raphael; CAVGIAS, Alexsandros; MELONÍDEO, Luis. Filling the void?: Organized crime and Covid-19 in Rio de Janeiro. **SSRN**, 2020. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3678840> .

CANO, Ignácio; DUARTE, Thais. **No sapatinho: a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011)**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.



CANO, Ignácio; IOOT, Carolina. Seis por meia dúzia? Um estudo exploratório do fenômeno das chamadas “milícias” no Rio de Janeiro. Em: **Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008.

DIARTE, Thais; RIBEIRO, Ludmila. As milícias fluminenses em tempos de Covid-19: relatos de medos ambivalentes na imprensa? Reflexões na pandemia. **Dilemas- Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, (Seção especial: Reflexões na Pandemia), 2020, p.1-10.

IDMJR- Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial. **Boletim IDMJR Edição especial: Covid-19 e as milícias na Baixada Fluminense**. 2020.

GENI e Observatório das Metrôpoles. **A expansão das milícias no Rio de Janeiro: uso da força estatal, mercado imobiliário e grupos armados**. Rio de Janeiro: Fundação Henrique Böll, 2021.

GRULO, Carolina; HIRATA, Daniel. **Sumário Executivo: Operações Policiais no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll Brasil, 2019. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2019/12/21/operacoes-policiais-no-rio-de-janeiro> .

PETTI, Daniela. **"Perdi minha casa, aqui eu tenho outra vida"**: uma etnografia sobre espaços, sujeitos e economias em um condomínio popular do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Dissertação de mestrado: PPGSA/UFRJ, 2020.

ZALUAR, Alba e CONCEIÇÃO, Isabel Siqueira. Favela sob o controle das milícias no Rio de Janeiro: que paz? **São Paulo em Perspectiva**, Vol 21, número 2, 2007.

A Autora

Daniela Petti é graduada em Ciências Sociais pela Fundação Getúlio Vargas, possui mestrado em Sociologia (com concentração em Antropologia) pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).



Atualmente cursa um doutorado em Antropologia Social no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) do Museu Nacional da UFRJ, além de um doutorado em Sociologia na Escola Interdisciplinar de Altos Estudos Sociais (IDAES) da Universidade de San Martín (UNSAN) na Argentina. Realiza pesquisas etnográficas a respeito dos seguintes temas: moradia popular, movimentos sociais urbanos e economias populares.